



CIEA7 #27:

IMPACTO DA FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO AO NÍVEL DO ENSINO SUPERIOR
NAS DINÂMICAS AFRICANAS CONTEMPORÂNEAS.

Washington Dener dos Santos Cunha[©]

wdener@uol.com.br

Política educacional e pós-colonialismo:

o sistema educacional angolano no período pós-independência

A influência portuguesa em território angolano produziu um sistema educacional baseado na dependência e nos valores europeus. Por conta disto, Angola se tornou uma exportadora de mão-de-obra e matérias-primas para os países industrializados europeus. Contudo, a partir da década de 50 do século XX, no período do pós-guerra, uma nova educação vai promover o surgimento e desenvolvimento de novas formas de organização civil por parte do povo angolano, que assumirá as rédeas de seu processo histórico iniciando um movimento de mobilização e mudança da sociedade local a partir dos anos de 1974 e 1975. Assim, o presente trabalho tem por objetivo principal explicitar sistema educacional angolano, em especial a educação superior, no período de pós independência.

Política educacional, Século XX, Sistema educacional.

[©] Professor Adjunto – UERJ; Professor Assistente Doutor – UNIGRANRIO.

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA ANTES DA INDEPENDÊNCIA

Na década de 50 do século XX, houve uma série de movimentos em Angola pela melhoria das condições de vida da população. Uma parte desses movimentos reivindicou mudanças no campo da reforma do sistema colonial vigente. Outra parte lutou por autonomia no campo acadêmico, baseado em uma confederação em relação à antiga metrópole, no caso Portugal. Por fim, havia ainda uma parte mais radical, que defendia uma independência total, sem qualquer tipo de gerência portuguesa. Neste grupo era que se encontrava a MPLA que, não obtendo sucesso em sua reivindicação, pegou em armas para defender seus objetivos.

Tal contexto de disputa permite explicar o processo de estratificação social que aprofundou as diferenças sociais em Angola pós-independência.. Os membros da elite burocrática emergente que se instalou no Estado, juntamente com a elite empresarial que assumiu os meios de produção e o capital igualmente com a administração portuguesa não demonstrou qualquer tipo de interesse de subverter o quadro vigente.

Um elemento importante a ser exposto é que, no que tange ao período colonial em Angola, a política educacional era alinhada aos interesses do sistema central. Ou seja, política educacional portuguesa em Angola estava ancorada no modelo colonial imposto pela metrópole. Contudo, as respostas sociais à política educacional corresponderam de acordo com a lógica do sistema vigente, permitindo a sua viabilização. Antes da ocupação colonial, o ensino teve uma expansão limitada, uma vez que a reprodução do núcleo colonial e suas ligações com as sociedades africanas exigiam uma estratégia cultural de forma que atuasse à margem. Porém, o crescimento da sociedade central angolana se deu de forma lenta sob o regime do Estado Novo Português, com um desenvolvimento limitado, ainda que contínuo, de um processo educativo direcionado a colaborar com o fortalecimento do núcleo colonial.

Ao longo do período do Estado Novo, a política educacional portuguesa proporcionou à Angola um ensino fraco, com baixa qualidade e com uma capacidade de atender uma clientela muito limitada da sociedade africana. Em 1961 houve uma certa expansão e diversificação do sistema educacional na sociedade central e o surgimento de escolas elementares nas sociedades rurais.

O fato é que a função social da escola em Angola consistiu em consolidar e acompanhar a tendência dominante da dinâmica social. Segundo Elisete Marques da Silva¹, a questão educacional lançou sua base na constituição de um *conglomerado societal* controlado pela sociedade central, porém tomadas por fronteiras junto às

¹ Cf. Silva, Elisete Marques da. *O papel Societal do Sistema de Ensino em Angola Colonial*. In Revista de Ciências da Educação e estudos Multidisciplinares. Edição Especial do ISCED. Luanda: Edições Kulonga, 2003.

sociedades periféricas, refletindo em uma política educacional na qual os objetivos pouco se diferenciavam dos objetivos coloniais. No exato momento em que se pretendeu caminhar em direção à transformação do conglomerado societal, através de uma formação social mais integrada, foi a tônica da reorientação do sistema de ensino naquele momento.

A reforma portuguesa do ensino primário, em 1927, resultou em Angola em anos posteriores uma dicotomia funcional no sistema de ensino: de um lado a educação destinada exclusivamente aos europeus e os ditos civilizados; e de outro, a educação destinada aos nativos residentes na sociedade central e nas sociedades periféricas.

A educação destinada aos europeus e civilizados tinha como elemento fundamental a união moral e intelectual da Nação Portuguesa. Tratava-se de uma estrutura semelhante à metrópole, integrando dois níveis de ensino, o primário e o secundário, que estavam, em sua maioria, ligado às instituições públicas. Isto não quer dizer que não existiam escolas privadas ou religiosas, regulamentadas pelo estado, que cresceram significativamente a partir da década de 30 do século passado.

No decorrer da década seguinte ocorre uma decuplicação no número de estabelecimentos públicos, que contavam com um total de *7.752 alunos no ano letivo de 1959/60, enquanto no mesmo ano o número dos alunos das escolas privadas apenas ascendia a 3.084²*. A proporção dos grupos raciais no total de alunos do ensino secundário era de *80% de alunos brancos, de 17% de mestiços e de apenas 3% de pretos³*. No final da década, outras escolas de ensino secundário técnico foram fundadas, em sua maioria dependentes do financiamento estatal.; no final da década de 50 e início da década de 60 cerca de 3864 alunos frequentavam estas escola de ensino médio. Neste caso, eram incluídos *os seminários menores mantidos pela Igreja Católica, e as escolas de formação artística, chega-se a um total de 10.836 alunos que frequentaram o ensino secundário em 1960-64⁴*.

Com base nos objetivos articulados pelo ensino separatista português tentava-se enquadrar os filhos dos colonos e dos nativos “civilizados” no mesmo grau cultural daqueles *que permaneceram na mãe Pátria⁵*, o que, de certa maneira, contribuiu para união do ponto de vista intelectual da nação portuguesa⁶. De acordo com os dados da Pesquisadora Elisete Marques da Silva, os alunos matriculados no ensino primário nos dois primeiros anos da década de 50 do século XX:

² Idem, ibidem

³ Id., ibid.

⁴ Id., ibid.

⁵ Id., ibid.

⁶ Para maiores detalhes consultar o preâmbulo do Diploma 518, que diz respeito à Reforma do Ensino Primário de 1927. Apud. Silva, Elisete Marques da. Op. Cit.

Perfaziam um total de 13.586 alunos, dos quais 6.510 brancos (nascidos em África), 4190 mestiços e 2881 pretos (...) Os liceus localizavam-se em Luanda e na Huíla. Para além disto, existia uma outra escola do ensino pós-primário em Moçâmedes, extinta em 1937, e que correspondia a um tipo de ensino existente antes do aparecimento dos liceus.⁷

Houve, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sistema de ensino direcionado à população indígena, cujo objetivo principal era *difundir nos povoados selvagens, aos indígenas, os melhores preceitos higiênicos e morais, os conhecimentos da nossa língua e ensinar-lhes um ofício que os torne úteis a si e à colônia*. E seguindo as diretivas da reforma de 1927, as escolas direcionadas aos indígenas foram divididas em dois grupos: escolas-oficinas, estatais e profissionalizantes; e escolas rurais, que ofereciam um currículo focado em programa de saúde e língua portuguesa, mas sob a responsabilidade das missões.

Percebe-se que a escola em Angola tinha a função de servir à produção e reprodução de papéis sociais vigentes na sociedade colonial, baseada nos termos raciais. O desenvolvimento do sistema de ensino direcionado à população branca, diga-se de passagem grande desenvolvimento, ao longo da década de 50 do século passado, permitiu que as crianças deste grupo tivessem um processo de escolarização muito maior do que foi possível em Portugal; mas, isto tem uma justificativa: era necessário manter a posição de dominação social. No caso da população mestiça, o crescimento do processo de escolarização seguiu os padrões médios globais para a época, ainda que em condições qualitativas e quantitativas infinitamente menores em relação à população branca. Para a população negra identificou-se o fortalecimento de uma pequena burguesia resultante da necessidade de formação de uma mão de obra para o estado burocrático. Contudo, o que fica claro é que grande parte dos africanos que habitavam o interior da sociedade central não possuía qualquer tipo de formação escolar, ficando restritos à qualidade de mão-de-obra não especializada, contribuindo para a limitá-los a uma situação provisória.

Esta divisão no processo educacional refletia a divisão social que havia em Angola colonial, uma vez que a maioria dos especialistas em estudos sociológicos sobre África concentram suas discussões na definição do conceito de grupo social, como é o caso de Carvalho que afirma tratar-se

De grupos que estavam ordenados de forma hierárquica, cujos integrantes estavam associados às grandes instituições sociais. Essa associação determinava um enquadramento diferente do ponto de vista

⁷ Silva, Elisete Marques da. Op. Cit.

político, econômico, religioso e cultural, por outro lado, os membros de cada um desses grupos sociais identificavam-se mutuamente e tinham consciência do lugar que ocupavam na sociedade.⁸

O fato é que existe um aspecto que leva a dúvidas sobre a utilização do conceito de classe social em sociedades africanas: a questão da identificação étnica. Ou seja, o fato de um operário de etnia bakongo, como exemplo, se identificar com seu grupo étnico, não quer dizer que ele não seja capaz de se aliar a um outro operário mais simpático à nação portuguesa, na luta por melhores condições de trabalho. Como afirma Manuel Brito Neto

... se nas sociedades industriais desenvolvidas, a identificação familiar ou comunitária não constitui barreira à identificação de classe, por esse motivo e de igual forma nas sociedades centrais africanas, a identificação com o grupo comunitário ou tribal não constitui barreira à identificação de classe⁹

O fato é que os grupos sociais ou classes sociais, como queiram conceituar, em Angola no período colonial estavam em momento embrionário, se desenvolvendo de forma dependente de acordo com o crescimento do processo de industrialização e urbanização da sociedade angolana, em especial na sociedade central.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O MPLA

O processo de libertação nacional angolana de início ficou restrito à pequena burguesia e, aos poucos, foi ganhando a adesão popular. Por conta disto, todo o processo de luta foi marcado por algumas divergências internas, uma vez que havia também uma disputa por aqueles que desejavam manter os privilégios tal qual a elite portuguesa que comandara o país; e os que defendiam os interesses da classe trabalhadora, no caso, operários e camponeses.

Desde o primeiro momento de luta do MPLA, os líderes já identificavam a educação como o principal elemento para romper com as estruturas coloniais. Agostinho Neto, no início da independência de Angola, já dizia que a educação era uma condição *sine qua non* para se modificar a estrutura político-ideológica vigente, mesmo depois da ruptura com a metrópole. Esta visão permitiu que o movimento lançasse as bases para a implantação de um sistema educacional nacional.

⁸ Carvalho, Paulo de. Angola: *Estrutura social da Sociedade Colonial*, Kulonga 2, 2003, p.80.

⁹ Neto, Manuel Brito. História e Educação em Angola. Da ocupação ao MPLA. Campinas/SP: Faculdade de Educação / UNICAMP, 2005. (Tese de Doutorado); p.75

Contudo, a implantação do ensino superior em Angola teve início antes do Governo Revolucionário. Em abril de 1962, mais precisamente no dia 21, o Conselho Legislativo de Angola se reuniu sob a chancela do Governador Geral à época e aprovou o projeto que criava os Centros de Estudos Universitários¹⁰. Estes centros seriam responsáveis pelo oferecimento de cursos profissionalizantes e especialização de nível superior, com o objetivo de formar professores para o ensino médio e técnicos das especialidades mais essenciais no campo da assistência social e sanitária da população lusa, além das atividades de construção, urbanização e logística.

No documento de criação dos Centros de Estudos Universitários, instituiu-se a implantação inicial de cinco Centros que seriam distribuídos em: Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira. Tais Centros foram dispostos com os seguintes cursos¹¹:

A) Centro de Estudos de Ciências Pedagógicas - Cursos Profissionalizantes - Filologia; Geografia e Ciências Naturais; Ciências Físicas, Químicas e Matemáticas. Curso de Especialização – Ciências Pedagógicas.

B) Centro de Estudos vinculado ao Instituto de Investigação Médica – Cursos Profissionalizantes – Medicina Geral e Análises clínicas. Curso de Especialização – Cirurgia Geral e Saúde Pública.

C) Centro de Estudos de Ciências Econômicas – Curso Profissionalizante Economia. Curso de Especialização – Estatística.

D) Centro de Estudos de Engenharia – Cursos Profissionalizantes – Comunicações, Edificações e Urbanização e Hidráulica.

E) Centro de Estudos anexo ao Instituto de Investigação Agronômica – Cursos Profissionalizantes – Agronomia, Silvicultura, Pecuária e Medicina Veterinária. Cursos de Especialização – Biologia Agrícola e Engenharia Agrícola.

Esta estrutura dos Centros de Estudos foi mantida ao longo do processo de independência de Angola, só ocorrendo uma nova reforma para o Ensino Superior nos anos 80, sob a responsabilidade de uma Comissão de Reformulação do Ensino Superior. Inicialmente, as propostas apresentadas pela comissão foram depois retomadas pelos Conselhos Universitários, a partir de um Fórum sobre o Ensino Superior em Angola em 1998.

No caso dos Institutos Superiores de Ciências da Educação os seus currículos foram modificados ao longo dos anos 80 e 90, recebendo atualizações de acordo com as necessidades conjunturais. Naquele período, o cerne do debate estava circunscrito aos currículos dos Institutos Superiores, que indicavam algumas tendências: a

¹⁰ Para maiores detalhes veja Soares, Amadeu Castilho. *Universidade em Angola e a sua criação em 1962*. Luanda: Edição Especial Kulonga, 2003.

¹¹ Cf em Neto, Manuel Brito. *Op. Cit.*

uniformização dos programas; a dispersão destes mesmos programas e a confecção de um programa básico capaz de atender as necessidades de todos os Institutos.

Contudo, os problemas conceituais e as deficiências científicas dos conteúdos curriculares direcionados à formação de professores, forçaram ao estabelecimento de níveis distintos de currículos na formação docente. Estabeleceu-se um currículo de formação básica do professor e outro de formação continuada docente. Neste caso de formação continuada do professor se acrescentaria uma preparação no campo da organização, da gestão e da inspeção escolar.

Além das propostas curriculares, uma série de documentos do Ministério da educação alimentou as primeiras discussões sobre a Reforma Curricular, na tentativa de estimular o debate no campo político e teórico a respeito da Reforma Educativa e Curricular. Segundo Manuel Brito Neto:

Uma Reforma Educativa é uma resposta processual a uma intenção política sobre o tipo de sociedade desejada e elas resultam, pois, da necessidade do reajuste periódico das Instituições escolares a novas situações, trazendo soluções novas para os problemas que emergem da evolução das sociedades humanas. Quanto mais aceleradas as mudanças, mais frequentes se encontram os desajustes entre a lei e a realidade, entre as expectativas da sociedade e a responsabilidade das Instituições¹²

O quadro do ensino superior no período colonial, incluindo os portugueses, era a relação de 1 universitário para 1.903 habitantes, tornando-se uma das proporções mais baixas da Terra. No ensino agrícola haviam 482 alunos, insuficientes para que Angola pudesse desenvolver sua agricultura. Enfim, em uma sociedade que era marcada correntemente por uma crise de valores, o Instituto Superior de Ciências da Educação teve um papel ativo na reconstrução de uma nova sociedade. Como afirma Victor Kajibanga:

Pela natureza científica, o ISCED é no conjunto de todas as instituições de Ensino Superior em Angola, aquela cujo campo de atuação científica assenta na formação de professores, para as diferentes áreas científicas (Psicologia, Pedagogia, História, Sociologia etc)¹³

À primeira vista a Reforma do Ensino Superior representou o passo fundamental a ser dado em direção à consolidação da Independência. Era através da

¹² Neto, Manuel Brito. Op. Cit., p.154.

¹³ Kajibanga, Victor. Introdução ao Dossier sobre a Reforma Curricular. Luanda: Edições Kulonga. Dossier do Instituto Superior de Ciência da Educação de Luanda – Angola, 2002.

reforma que se estabeleceriam os princípios essenciais para a derrubada do antigo esquema da Universidade colonial, caracterizado pela discriminação em relação à população negra angolana e à falta de empenho no desenvolvimento científico nas áreas capazes de solucionar os problemas sociais e econômicos da população local. Citando novamente Manuel Brito Neto:

O ensino superior estava inserido geograficamente em Angola, mas refletia a realidade educacional de Portugal e dos europeus, desprezando por completo a realidade angolana e africana. A transformação dos novos formados pela universidade angolana em cidadãos portadores de um conhecimento realmente científico e adaptado à realidade nacional, foi o principal objetivo das reformas inicialmente implementadas¹⁴

O fato é que Angola recém libertada necessitava de profissionais de formação de qualidade, no entanto, os atuantes não atendiam às necessidades da nação africana. Assim, para cumprir a séria tarefa de formação de novos quadros de qualidade e em quantidade suficiente para atender Angola, o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda tornou-se uma das instituições mais privilegiadas, reunindo condições que lhe proporcionou ao longo do processo das reformas educacionais assumir uma ação fundamental junto às escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, o ensino superior público é formado por uma Universidade, a Universidade Agostinho Neto, que concentra as principais faculdades na capital de Angola; e os Institutos Superiores sediados nas províncias de Lubango, Huambo, Benguela e Uíge. O fato é que a Universidade de Angola superou momentos difíceis, no qual imaginava-se que seria o seu fim de meados para o fim dos anos 70, uma vez que seu quadro de docentes e discentes fora reduzido. Tais dificuldades foram resultantes dos problemas decorrentes da transição do sistema colonial para o sistema independente; além da fuga em massa dos quadros superiores. Mas, a Educação Superior em Angola vive seus momentos de Fênix, renascendo das cinzas, com investimentos no desenvolvimento de seus quadros e de novos cérebros para a consolidação de sua Independência iniciada nos anos 70.

¹⁴ Neto, Manuel Brito. Op. Cit., p.155.